

Desigualdades persistentes: evasão e permanência de cotistas na UTFPR

Jussara Marques de Medeiros

Luciane Fabiane dos Santos

Eloisa Maieski Antunes

As políticas afirmativas no ensino superior brasileiro têm como objetivo ampliar o acesso e reduzir desigualdades historicamente produzidas, especialmente no que se refere à população negra e estudantes oriundos da escola pública. Assim, este estudo analisa a relação entre ingresso por cotas e permanência acadêmica, com foco na evasão, a partir de dados institucionais recentes e referenciais críticos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

A relevância do tema está associada à persistência de desigualdades estruturais no sistema educacional, que demandam intervenções concretas para garantir equidade. Nesse sentido, Kabengele Munanga (2019) compreende as ações afirmativas como mecanismos de reparação histórica e enfrentamento do racismo estrutural, enquanto Paulo Vinicius Baptista da Silva (2012) discute essas políticas como estratégias de democratização do ensino e de enfrentamento das desigualdades raciais no ambiente escolar, enfatizando que o acesso à educação superior deve ser acompanhado por condições reais de permanência.

A metodologia adotada consiste em análise qualitativa de dados do Censo da Educação Superior articulados a relatórios institucionais da UTFPR, especialmente documentos de autoavaliação e auditoria interna, que permitem observar o comportamento acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas ao longo do tempo. Foram considerados indicadores de evasão, vínculo acadêmico e distribuição de estudantes, com base em dados atualizados até 2023 e séries históricas institucionais.

A efetividade das políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro é frequentemente debatida sob a ótica da permanência estudantil. Embora o Censo da Educação Superior 2024 (BRASIL, 2025) não forneça índices nacionais diretos sobre a evasão por modalidade de cota, os indicadores de ingresso e escolaridade revelam disparidades estruturais significativas. O relatório aponta que o ingresso no ensino superior após o

Ensino Médio é predominantemente composto por estudantes brancos (43%), em oposição a pretos (24%) e indígenas (16%). Tais dados refletem o balanço final do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), especificamente quanto à Meta 8, que buscou equalizar a escolaridade média entre diferentes grupos étnico-raciais e níveis de renda. Enquanto a população branca (18 a 29 anos) possui média de 12,5 anos de estudo, a população preta ou parda registra 11,5 anos, e o grupo de menor renda — principal público das cotas — detém apenas 10,6 anos.

Nesse contexto, o recorte institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) traduz esses desafios nacionais em números críticos. De acordo com o relatório da Controladoria Regional da União, a análise de 52.365 matrículas entre 2012 e 2017 revelou, em termos brutos, uma taxa de desistência superior entre cotistas (42,22%) comparada a não cotistas (36,93%) (Brasil, 2017). Contudo, ao aplicar modelos de regressão logística para o período de 2013 a 2016, constatou-se que a condição de cotista, isoladamente, não possui efeito significativo sobre a evasão, sugerindo que a desistência está atrelada a variáveis socioeconômicas transversais e ao desempenho acadêmico prévio. Observou-se, ainda, que a janela crítica de evasão concentra-se no estágio inicial, com 33% das desistências ocorrendo no primeiro semestre e 72% acumuladas até o segundo ano.

O Relatório de Autoavaliação Institucional 2024 da UTFPR sinaliza que a evasão é um fenômeno multicausal, concentrando-se nos primeiros dois anos de curso e sendo influenciada por lacunas na formação básica, fatores socioeconômicos e saúde mental. O monitoramento do ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UTFPR 2023-2027 reforça que, embora a condição de cotista não seja isoladamente o fator determinante da evasão, a ociosidade de vagas gerada pelo abandono exige o fortalecimento de políticas de assistência estudantil (UTFPR, 2025). Conclui-se que a superação do hiato de escolaridade exige o fortalecimento de políticas de assistência estudantil focadas, prioritariamente, nos primeiros ciclos dos cursos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Relatório nº 201701759. Curitiba: Controladoria Regional da União no Estado do Paraná, 2017. Disponível em:

<https://www.utfpr.edu.br/transparencia/auditoria/cgu/2017-evasao-no-ensino-superior-ra201701759>. Acesso em: 21 abr. 2026

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2024: divulgação dos resultados. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 21 abr. 2026.

CNN Brasil. Alunos cotistas têm melhores taxas de desempenho, segundo Inep. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/alunos-cotistas-e-do-prouni-tem-melhor-es-taxa-de-desempenho-segundo-inep/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

UTFPR. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Autoavaliação Institucional da UTFPR 2024. Curitiba: UTFPR, mar. 2025. Disponível em: https://www.utfpr.edu.br/comissoes/permanentes/cpa/documentos/relatorios-de-autoavaliacao/relatorio_autoavaliacao_utfpr_2024_final.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Relatório de Auditoria – Evasão no Ensino Superior. Disponível em:

<https://www.utfpr.edu.br/transparencia/auditoria/cgu/2017-evasao-no-ensino-superior-ra201701759>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2019.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Políticas de ações afirmativas e educação. Curitiba: UFPR, 2012.